



Relatório Técnico
2023

Cancelamentos de itens em pregões eletrônicos: análise em uma universidade pública



UFV
Campus Rio Paranaíba



Marco Antônio Moreira de Oliveira
Leonardo Pinheiro Deboça
Rodrigo Silva Diniz Leroy

Sumário

2	Resumo
3	Instituição
3	Público-Alvo da Iniciativa
4	Descrição da Situação-Problema
5	Objetivos
6	Diagnóstico da Situação-Problema
11	Recomendações
15	Responsáveis
16	Referências

Resumo

A Administração Pública é responsável por atender aos anseios da sociedade e para tal desempenha inúmeras atividades, dentre as quais estão presentes as compras públicas. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, os órgãos que compõem o sistema federativo farão uso da licitação para a aquisição de bens e contratação de serviços nas melhores condições para o Estado (BRASIL, 1988). O pregão eletrônico corresponde a uma modalidade licitatória concebida para mitigar a morosidade e a ineficiência, entretanto, assim como outras modalidades licitatórias, está sujeito a insucessos. Este relatório técnico é resultante de uma pesquisa que teve propósito caracterizar e compreender os motivos de cancelamentos de itens de materiais das naturezas consumo e permanente nos pregões eletrônicos realizados pelos três *campi* da UFV, no período de 2019 a 2021. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem mista, tendo em vista que adota os enfoques qualitativo e quantitativo, sendo realizado em duas etapas. Na primeira etapa foram caracterizados e descritos os motivos de cancelamentos de itens, a partir de pesquisa documental, análise de conteúdo e análise exploratória de dados, aplicou-se o teste qui-quadrado e o teste *Kruskal-Wallis* associado ao teste de comparações múltiplas. No período indicado foram analisados 333 certames e como resultados constatou-se que o percentual de itens cancelados por pregão eletrônico tem relação com critérios de seleção associados às políticas de sustentabilidade, de inovação, à utilização do Sistema de Registro de Preços, assim como com o valor total estimado da aquisição e o número de itens licitados. Quanto aos motivos de cancelamentos, estes estão concentrados nas categorias 'inexistência de proposta' e 'valor da proposta ou lance acima do valor máximo aceitável, sem sucesso na negociação', atingindo 89,50% dos motivos de cancelamentos. Os resultados obtidos contribuíram para a formatação da segunda etapa, na qual buscou-se compreender tais motivos por meio da identificação das percepções dos servidores envolvidos nas atividades licitatórias sob a lente teórica das capacidades estatais, sendo realizadas 10 entrevistas com servidores que atuam nas fases interna e externa do pregão eletrônico, que submetidas à análise de conteúdo apontam que há fragilidades em competências relativas a recursos administrativos, humanos e tecnológicos. Desse modo, observa-se que capacidades estatais técnico-administrativas deficitárias podem comprometer a eficiência organizacional, tendo em vista que fracassos nas aquisições de itens via pregões eletrônicos tem potencial para afetar a missão institucional.

Instituição

A instituição estudada nesta pesquisa foi a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Além do campus localizado na cidade de Viçosa-MG, a UFV possui mais dois *campi*, localizados nas cidades de Floretal-MG e Rio Paranaíba-MG (UFV, 2022).

Fotos: Site UFV.



UFV
Campus Viçosa
(CAV)



UFV
Campus Florestal
(CAF)



UFV
Campus Rio Paranaíba
(CRP)



Público-Alvo da Iniciativa

Administração Superior da Universidade Federal de Viçosa, de forma particular a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

Descrição da Situação-Problema

A modalidade pregão foi concebida sob um cenário que apresentava a necessidade de maior eficiência das compras públicas em consonância com o aprimoramento das modalidades licitatórias (TOSAWA, 2019).

Para os autores Meirelles e Burle Filho (2016) o pregão eletrônico se caracteriza por ser uma modalidade de licitação que utiliza recursos advindos da tecnologia da informação para ser realizado. Medauar (2018) complementa afirmando que essa modalidade tem como premissa a aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor, em que a disputa ocorre mediante sessão pública na qual os licitantes interessados apresentam propostas e lances.

O pregão eletrônico, segundo Alves-Andrade, Guarido Filho e Eberle (2017) apresenta como vantagens a economia imediata em razão dos preços praticados, desburocratização, celeridade e segurança aos procedimentos administrativos. Freitas e Maldonado (2013) complementam que tal modalidade incentiva a competitividade por ampliar as oportunidades de participação, além de conceber transparência e publicidade aos atos administrativos.

Apesar do pregão eletrônico permitir maior celeridade, dinamismo e transparência aos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos, cabe destacar que é uma modalidade que demanda investigações sobre os motivadores relacionados ao cancelamento de itens (OLIVEIRA, 2019). Assim como em outras modalidades licitatórias, o pregão eletrônico está sujeito a insucessos, o que gera nos órgãos públicos a necessidade de abertura de novos processos licitatórios, que conseqüentemente causa retrabalho, frustração por parte do demandante do objeto posto em licitação e até eventuais dificuldades dos órgãos em exercer as suas atividades (OLIVEIRA, 2019; PADILHA; ARAÚJO; SOUZA, 2018).



Objetivos

- Caracterizar e compreender os motivos de cancelamentos de itens de materiais das naturezas consumo e permanente nos pregões eletrônicos realizados pelos três campi da UFV, no período de 2019 a 2021.
- Analisar os resultados dos pregões eletrônicos relativos a materiais de consumo e permanente realizados;
- Identificar as percepções dos servidores envolvidos nos processos licitatórios sobre os fatores que influenciam os cancelamentos de itens nos pregões eletrônicos;
- Disponibilizar à instituição um diagnóstico situacional acerca dos motivos de cancelamentos de itens nos pregões eletrônicos promovidos pela UFV e apresentar recomendações no intuito de aprimorar as capacidades técnico-administrativas e atenuar a ocorrência dos cancelamentos.

UFV | CRP
PROFIAP
Relatório Técnico | 2023



Diagnóstico da Situação-Problema

Nos anos 2019 a 2021, foram realizados 333 certames na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sendo colocados em licitação um total de 11.400 itens das naturezas consumo e permanente, dos quais 3.382 foram cancelados. O valor total estimado dos processos licitatórios compreende R\$ 93.833.294,84 (noventa e três milhões, oitocentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Pregões Eletrônicos com Entrega Imediata



Pregões Eletrônicos via Sistema de Registro de Preços



Percentual Geral de Itens Cancelados **29,67%**

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Pregões Eletrônicos 'Consumo'

Os dados abaixo correspondem aos 260 pregões eletrônicos realizados para aquisição de itens da natureza consumo, sendo colocados em licitação 10.533 itens dos quais 3.159 foram cancelados. Apresenta-se ainda o percentual de itens cancelados por tipo de pregão eletrônico e por campus.

Ano	Valor Estimado da Aquisição R\$	Quant. de Pregões Eletrônicos	N.º de Itens Licitados	N.º de Itens Cancelados	Percentual de Itens Cancelados
2019	9.866.435,47	88	2.661	597	22,44%
2020	25.843.194,84	96	4.904	1.669	34,03%
2021	21.620.605,41	76	2.968	893	30,09%
Total	57.330.235,72	260	10.533	3.159	29,99%

Percentual de Itens Cancelados por Tipo de Pregão Eletrônico

Com Entrega Imediata	Via Sistema de Registro de Preços
37,51%	21,31%

Percentual de Itens Cancelados por Campus

CAF	2019	22,52%	2020	23,65%	2021	40,00%
CAV		22,40%		36,96%		25,82%
CRP		22,50%		28,06%		42,17%

Pregões Eletrônicos 'Permanente'

Os dados abaixo correspondem aos 73 pregões eletrônicos realizados para aquisição de itens da natureza permanente, sendo colocados em licitação 867 itens dos quais 223 foram cancelados. Apresenta-se ainda o percentual de itens cancelados por tipo de pregão eletrônico e por campus.

Ano	Valor Estimado da Aquisição R\$	Quant. de Pregões Eletrônicos	N.º de Itens Licitados	N.º de Itens Cancelados	Percentual de Itens Cancelados
2019	4.830.972,00	31	341	69	20,23%
2020	18.979.118,99	34	423	125	29,55%
2021	12.692.968,13	8	103	29	28,16%
Total	36.503.059,12	73	867	223	25,72%

Percentual de Itens Cancelados por Tipo de Pregão Eletrônico

Com Entrega Imediata	Via Sistema de Registro de Preços
29,59%	16,27%

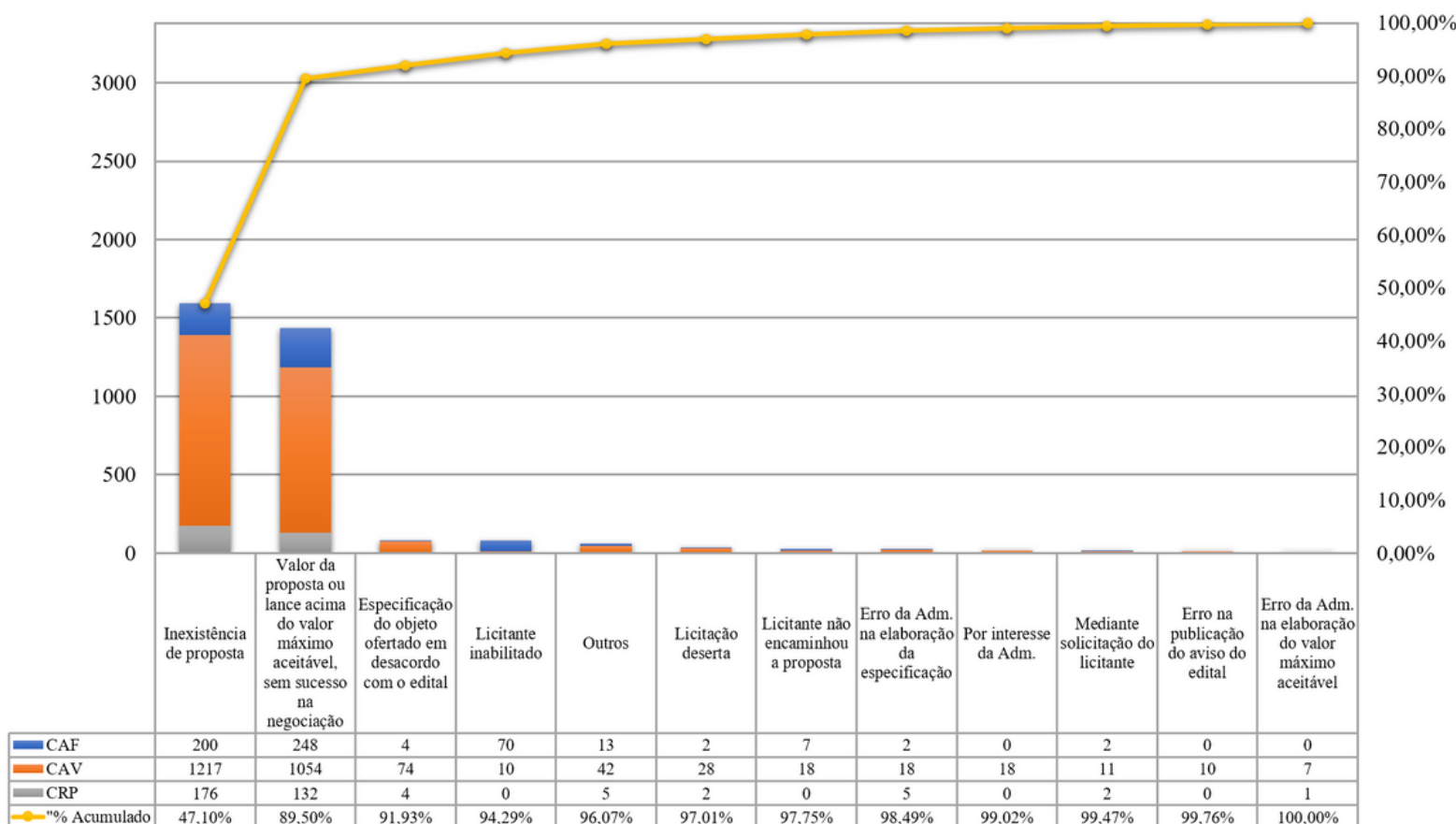
Percentual de Itens Cancelados por Campus

CAF	2019	8,11%	2020	45,00%	2021	33,33%
CAV		19,07%		27,44%		27,27%
CRP		30,88%		22,86%		-

Motivos de cancelamentos de itens

Observou-se que os motivos de cancelamentos atingem um total de 3.382 ocorrências, sendo 3.159 relativas ao material da natureza consumo e 223 da natureza permanente, que estão distribuídas em 12 categorias.

Figura 1 - Motivos de cancelamentos de itens nos campi, no período de 2019 a 2021.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

47,10%

Inexistência de proposta

42,40%

Valor da proposta ou lance acima do valor máximo aceitável, sem sucesso na negociação

Foi identificado que o índice geral de cancelamentos envolvendo os itens das naturezas consumo e permanente na UFV é de 29,67%. Observados de maneira isolada, o percentual de cancelamentos de itens de consumo é de 29,99% e de itens da natureza permanente é de 25,72%. Quanto às principais categorias de motivos de cancelamentos estão a inexistência de proposta (47,10%) e valor da proposta ou lance acima do valor máximo aceitável, sem sucesso na negociação (42,40%), que concentram 89,50% das ocorrências de cancelamentos, quando observadas ambas naturezas dos itens.

Após a caracterização dos motivos de cancelamentos e da estratificação da variável 'percentual de itens cancelados por pregão eletrônico' nos níveis 'baixo', 'médio' e 'alto' aplicou-se os testes qui-quadrado, *Kruskal-Wallis* e de comparações múltiplas a fim de se conhecer a sua relação com as demais variáveis advindas de características dos pregões eletrônicos.

Constatou-se que a adoção de políticas de sustentabilidade, inovação e do SRP estão estatisticamente relacionadas ao percentual de itens cancelados nos pregões eletrônicos. Sendo que pregões eletrônicos que fazem uso do SRP tendem a ter um 'baixo' percentual de cancelamentos, no entanto, certames que adotam políticas de sustentabilidade e políticas de inovação tendem a ter um 'alto' percentual de cancelamentos.

Restou ainda identificado que o valor total estimado, assim como o número de itens licitados por pregão eletrônico possuem relação com o percentual de itens cancelados. As evidências demonstram que certames com valor total estimado superior a R\$ 50.175,14, tendem a ter um 'baixo' percentual de cancelamentos, tal como àqueles pregões eletrônicos com menor número de itens colocados em disputa.

Para avançar na compreensão dos motivos de cancelamentos buscou-se por meio de dez entrevistas, realizadas junto aos servidores, que atuam nas fases interna e externa dos pregões eletrônicos, suas percepções em relação a quais fatores podem estar relacionados aos cancelamentos de itens sob a lente teórica das capacidades estatais em sua dimensão técnico-administrativa.

Observou-se que os aspectos associados às principais categorias de cancelamento integram a fase interna do pregão eletrônico e correspondem aos procedimentos da pesquisa de preços e da especificação do objeto a ser licitado.

Além disso, nota-se que a relação positiva entre o percentual de cancelamentos e a adoção de políticas de sustentabilidade, é possível que esteja correlacionada ao descompromisso ou despreparo do licitante e até na dificuldade do órgão em assentar quais os requisitos apropriados. Assim como, o potencial de eficiência do pregão eletrônico via SRP pode estar associado à possibilidade de se realizar um planejamento pormenorizado do certame.

Foi constatado ainda na visão dos entrevistados que a tendência de pregões eletrônicos com valores totais estimados superiores a R\$ 50.175,14 a terem um 'baixo' percentual de cancelamentos, pode estar relacionada a atratividade econômica proporcionada pelos mesmos, o que reflete no comportamento do licitante no transcorrer do certame, tendo em vista a oportunidade dos mesmos auferirem maiores ganhos financeiros. Quanto aos pregões eletrônicos com um menor número de itens, apesar de tenderem para um 'baixo' percentual de cancelamentos, estes podem repercutir em limitações relacionadas a otimização de procedimentos e na competitividade entre os licitantes, uma vez que não seriam atrativos economicamente.

Ainda sob a percepção dos servidores entrevistados, os desafios preponderantes correspondentes às capacidades estatais técnico-administrativas tratam de fragilidades refletidas no número e capacitação dos servidores que atuam nas áreas de compras dos *campi*, tal como na capacitação dos solicitantes e gestores, além de deficiências no planejamento das compras, em especial dos procedimentos de pesquisa de preços e especificação do objeto e por último na obsolescência do sistema interno SIM, quanto aos avanços observou-se a utilização do SEI para a tramitação dos processos licitatórios.

Os achados deste trabalho proporcionam elementos para melhor entender a atuação e o desempenho da UFV enquanto entidade pública, e os dados e informações analisados ajudam a explicar os resultados, dos quais é possível concluir que capacidades estatais técnico-administrativas insuficientes podem comprometer a eficiência organizacional, tendo em vista que fracassos nas aquisições de itens via pregões eletrônicos tem potencial para afetar a missão institucional, em especial atividades de ensino e pesquisa.

Recomendações de Intervenção

A partir do diagnóstico situacional acerca dos motivos de cancelamentos nos pregões eletrônicos, apresenta-se nesta seção um conjunto de medidas propositivas no intuito de aprimorar as capacidades estatais técnico-administrativas e atenuar a ocorrência de cancelamentos. As mesmas abrangem melhorias na estrutura organizacional, recursos administrativos, humanos e tecnológicos. Ressalta-se que todas as recomendações são passíveis de análises no que refere as suas exequibilidades.

01

Capacitação dos solicitantes e gestores

Sugere-se promover a capacitação dos solicitantes e gestores responsáveis pelas aprovações das solicitações para além de rotinas operacionais, com foco no sentido de orientá-los sobre a importância e a influência no pregão eletrônico de aspectos, tais como:

- cumprimento do calendário de execução orçamentária;
- análise crítica da pesquisa de preços e da especificação do objeto a ser licitado;
- análise crítica de requisitos de seleção como àqueles que contemplam, por exemplo, a sustentabilidade;
- adicionalmente, pode-se abordar o uso de ferramentas governamentais como o Painel de Preços e Catálogo de Bens e Serviços, que facilitam a execução desses procedimentos pelos usuários.

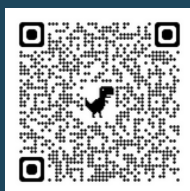
A UFV dispõe da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead) que coordena, assessora e oferece suporte técnico para atividades na área de educação a distância em formatos adequados aos vários públicos e objetivos de cada curso.

02

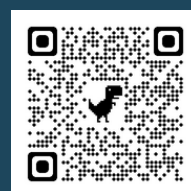
Divulgação ativa de tutorias, webinars e manuais

Ainda relacionado à capacitação dos solicitantes e gestores, propõe-se a divulgação ativa de tutoriais, webinars e manuais já produzidos pelo Governo Federal e pela DMT. Os materiais sugeridos podem ser acessados por meio dos QR Codes que apresentam conteúdos como pesquisas de preços, catálogo de materiais e orientações de como realizar uma solicitação de compra.

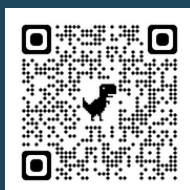
Webinars



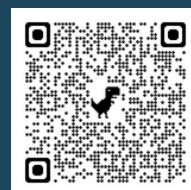
Painel de Preços



Catálogo de Materiais



Orientações



Designar agentes de compras

A exemplo da Universidade Federal de Goiás (UFG), sugere-se designar servidores para atuarem como agentes de compras nas unidades acadêmicas e administrativas para auxiliar os solicitantes no planejamento de suas compras. Entre as atividades que poderão ser desenvolvidas estão a definição do objeto que será contratado, pesquisas de preços, análise das exigências de habilitação e qualificação dos licitantes, agrupamento de itens de acordo com sua natureza de comercialização, registro da solicitação de compra e acompanhamento da mesma, além de promover a interlocução com as áreas de compras dos campi. Corroboram com esta sugestão a percepção dos entrevistados, que apontam que a designação de um servidor devidamente capacitado para esta função associada à expertise adquirida ao longo do tempo, poderá melhorar a qualidade da solicitação de compra evitando erros na origem da aquisição.

05

Número de servidores na área de compras públicas

A deficiência no número de servidores apresenta-se como um fator evidenciado na pesquisa. Isto posto, sugere-se que a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), realize uma avaliação envolvendo o dimensionamento e distribuição de pessoal lotado nas áreas de compras dos campi, visando identificar suas necessidades e o melhor aproveitamento técnico e operacional do corpo de servidores no que couber.

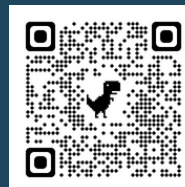
Serviço de apoio ao solicitante

Observou-se que a Divisão de Apoio, Pesquisa e Registro de Preços enquanto parte integrante e já consolidada no CAV, desempenha importante função estratégica nos processos de compras, buscando otimizá-los através de especificações dos objetos e de pesquisas de preços mais efetivas, no suporte aos usuários que desejam realizar solicitações de compras a serem atendidas via pregões eletrônicos com entrega imediata e no planejamento e gerenciamento de aquisições via SRP. Considerando que os maiores percentuais de cancelamentos foram identificados no CAF e no CRP, recomenda-se instituir nesses campi estrutura similar a esta, inclusive disponibilizando aos mesmos ferramentas para pesquisas de preços, como por exemplo o Banco de Preços, com o propósito de aperfeiçoar a área de compras públicas.

06

Planejamento de capacitação dos servidores lotados na área de compras públicas

Recomenda-se a partir da interlocução entre as chefias e servidores que atuam na área de compras dos campi, que seja elaborado um plano de capacitação anual, visando a contínua capacitação, treinamento e aperfeiçoamento consoantes as atividades de compras governamentais e seu caráter multidisciplinar e de atuação profissional. Na impossibilidade de participação de eventos presenciais externos, no QR Code estão dispostos uma série de cursos gratuitos oferecidos pela Escola Virtual do Governo (EVG), que disponibiliza um catálogo de cursos das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.



Padronização dos processos organizacionais de compras

Com objetivo de otimizar a execução de atividades, sugere-se avaliar os processos organizacionais relacionados às compras públicas adotados nos campi, eliminando distorções na adoção de formulários, modelos de documentos, listas de checagem, manuais e de procedimentos operacionais padronizados, assim como atores envolvidos e prazos.

Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)

O PGC trata-se de uma ferramenta informatizada que consolida todas as contratações que o órgão deseja realizar no exercício subsequente. Ela propicia a elaboração do Planejamento Anual de Compras (PAC) que possibilita a maximização dos resultados e uso racional dos recursos públicos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (BRASIL, 2022). Na ótica dos entrevistados, a elaboração requer maior atenção institucional, sendo assim, recomenda-se uma divulgação ativa a nível institucional para conscientização da comunidade acadêmica a respeito da importância estratégica do PGC e das implicações geradas em caso de um planejamento descuidado.

Planejamento dos pregões eletrônicos

Tendo em vista os resultados dos testes estatísticos associados aos apontamentos realizados pelos entrevistados, com o propósito de mitigar o percentual de cancelamentos, sugere-se que no planejamento dos processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico sejam considerados os seguintes fatores:

- agrupar itens de acordo com sua natureza de comercialização;
- ampliar o prazo de publicação de certames que envolvam itens com maior grau de especificidade e complexidade;
- observar a exigência adequada, no sentido de respeitar as peculiaridades de cada item colocado em licitação quanto a critérios de seleção relacionados a políticas de sustentabilidade, tendo em vista que de acordo com o teste qui-quadrado, pregões eletrônicos que adotam políticas de sustentabilidade tendem a ter um 'alto' percentual de cancelamentos.
- observar o valor total estimado da contratação, uma vez que de acordo com os testes de Kruskal-Wallis e de comparações múltiplas, pregões eletrônicos com valores totais estimados superiores a R\$ 50.175,14 tendem a ter um 'baixo' percentual de cancelamentos, que encontram lastro nas percepções dos entrevistados, que indicam que pregões eletrônicos que apresentam valores robustos podem ser mais atrativos economicamente para os licitantes. Sendo assim, sugere-se que o valor indicado acima, sempre que possível, seja utilizado como norteador na montagem do processo licitatório.

Pregão eletrônico via SRP

Tendo em conta as vantagens intrínsecas ao registro de preços associadas ao resultado do teste qui-quadrado que demonstra que pregões eletrônicos que adotam o SRP tendem a ter um 'baixo' percentual de cancelamentos, recomenda-se prioritariamente o seu uso, sempre que possível, em relação ao pregão eletrônico com entrega imediata. Adiciona-se a essa recomendação o seu uso em caráter multicampi, que ao abranger a demanda dos três campi poderá ampliar a atratividade do certame e a competitividade entre os licitantes, refletindo em economicidade para a instituição em função de ganhos de escala.

Concluir o novo Sistema Integrado de Materiais

Priorizar a conclusão do desenvolvimento do novo sistema informatizado interno denominado SIMPlus, tendo em vista que o sistema atual apresenta limitações técnicas em função de sua obsolescência.

Comissão de especificação técnica

Propõe-se a formação de comissões de especificações técnicas e de sustentabilidade para auxiliar na aquisição de itens de consumo e permanente licitados via SRP, a exemplo da CEDTI. Dentre as atribuições dessas comissões estão o auxílio no planejamento, na elaboração detalhada de especificações e aceite de itens que necessitam de expertise na área de conhecimento que pertencem. Algumas das áreas específicas que poderão ser atendidas são: mobiliários, produtos químicos e laboratoriais, produtos hospitalares e odontológicos, produtos veterinários, rações, produtos de manutenção predial.



Responsáveis

Discente:

Marco Antônio Moreira de Oliveira
marcoa.oliveira@ufv.br

Orientador:

Prof. Dr. Leonardo Pinheiro Deboça
leonardo.deboca@ufv.br

Coorientador:

Prof. Dr. Rodrigo Silva Diniz Leroy
rodrigo.leroy@ufes.br

Data da realização do relatório: maio de 2023.

Este relatório técnico é resultante da dissertação "CANCELAMENTOS DE ITENS EM PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA" apresentado ao PROFIAP/UFV.



UFV

Campus Rio Paranaíba



Referências

ALVES-ANDRADE, F.; GUARIDO FILHO, E. R.; EBERLE, V. **Pregão eletrônico como mito racional: análise dos processos licitatórios do Banco do Brasil**. Desenvolvimento em Questão, ano 15, n. 41, out/dez, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.233-274>. Acesso em: 07 mai. 2022.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022**. Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

FREITAS, M.; MALDONADO, J. M. S. V. **O pregão eletrônico e as contratações de serviços contínuos**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1265-1281, set/out, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000500009>. Acesso em: 07 mai. 2022.

MEDAUAR, O. **Direito Administrativo moderno**. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
MEIRELLES, H. L.; BURLE FILHO, J. E. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed./atual até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 189-206, jan/fev, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121833>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PADILHA, A.; ARAÚJO, E. C.; SOUZA, J. P. **Influência das incertezas nas contratações públicas por intermédio do pregão eletrônico**. R. bras. Planej. Desenv., Curitiba, v. 7, n. 1, p. 67-84, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/7127>. Acesso em: 12 fev. 2023.

TOSAWA, S. H. **A padronização de fases internas do procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, dentro do sistema de compras da UTFPR**. 2019. 71 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4092>. Acesso em: 10 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). **Apresentação**. Viçosa, MG, 2022b. Disponível em: <https://www.ufv.br/apresentacao/>. Acesso em: 21 mai. 2022.